



GABINETE DO VEREADOR ANDERSON CORREIA (PP)

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 9985/2024, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE ATUALIZA O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA EXECUÇÃO DA PARCELA ANUAL DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ementa: Acrescentam os itens no Eixo 3 no Anexo de Prioridades do Projeto de Lei nº 9985/2024.

Art. 1º - Fica acrescentado no Anexo de Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal, Eixo 3 – GESTÃO DO TERRITÓRIO E DA CIDADE ao Projeto de Lei nº 9985/2024 o seguinte item:

EIXO 3 – GESTÃO DO TERRITÓRIO E DA CIDADE
Construção do Hospital Público Veterinário
Construir Casa de Passagem para animais em vulnerabilidade
Disponibilizar serviços cirúrgicos ortopédicos para animais de rua e de tutores baixa renda
Criação de uma secretaria de meio ambiente e direitos dos animais
Censo animal: mapear a população de cães e gatos no município.
Implantação do SAMU Animal
Contratação de veterinário para a AME Animal
Tornar a AME Animal em UPA Animal 24h

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Caruaru, 14 de outubro de 2024

Anderson Correia – PP
Vereador

A emenda apresentada visa incluir no PPA, metas com o objetivo de promover a saúde e bem-estar animal no município, por meio de políticas públicas que enfatizam os direitos dos animais, dentro da legalidade, na promoção da dignidade animal.

Há de se observar que a referida emenda atende os requisitos de sua admissibilidade, legalidade e constitucionalidade, com fundamento nos arts. 165 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, e 96 da Lei Orgânica do Município.

A Constituição, no seu artigo 225, § 1º, VII, acompanha o nível de esclarecimento alcançado pela humanidade no sentido de superação da limitação antropocêntrica que coloca o homem no centro de tudo e todo o resto como instrumento a seu serviço, em prol do reconhecimento de que os animais possuem uma dignidade própria que deve ser respeitada.

Nesse sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, conforme voto do Ministro Luiz Roberto Barroso, no mesmo julgamento citado antes: “A vedação da crueldade contra animais na Constituição Federal deve ser considerada uma norma autônoma, de modo que sua proteção não se dê unicamente em razão de uma função ecológica ou preservacionista, e a fim de que os animais não sejam reduzidos à mera condição de elementos do meio ambiente. Só assim reconheceremos a essa vedação o valor eminentemente moral que o constituinte lhe conferiu ao propô-la em benefício dos animais sencientes.

Esse valor moral está na declaração de que o sofrimento animal importa por si só, independentemente do equilíbrio do meio ambiente, da sua função ecológica ou de sua importância para a preservação de sua espécie.

Caruaru, 14 de agosto de 2024

**Anderson Correia – PP
Vereador**